



CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Procedimento de Controle Administrativo – PCA nº 1.00761/2020-95

Requerente: Max Elias da Silva Araújo
Requerido: Ministério Público do Estado do Acre
Interessado: Grupo de Atuação Especial ao Crime Organizado
Relatora: **Fernanda Marinela** de Sousa Santos

E M E N T A

PROCEDIMENTO DE CONTROLE ADMINISTRATIVO. MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ACRE. NÚCLEO DE APOIO TÉCNICO. LAUDOS EM APARELHOS CELULARES APREENDIDOS. AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. OBSERVÂNCIA DAS REGRAS PROCESSUAIS. IMPROCEDÊNCIA.

1. Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo instaurado por petição de Max Elias da Silva Araújo no qual se pretende uma análise genérica dos procedimentos desenvolvidos no âmbito do GAECO do MP-AC nas apreensões de aparelhos celulares e elaboração de laudos técnicos.

2. Instado a se manifestar, o MP-AC defendeu a observância das regras processuais legais, esclarecendo que, ao formular o pedido de extração dos dados da memória de um celular apreendido à autoridade competente, seja em investigações próprias, seja em inquéritos policiais, *“já no requerimento consta a indicação que a análise técnica será realizada pelo NAT”*. A partir disso, *“a prova digital integra os autos do processo e a defesa pode analisá-la e questionar sua validade ou integridade, tudo em observância às regras do*

contraditório e da ampla defesa”.

3. *In casu*, a elaboração dos referidos laudos ocorre após autorização judicial e não é realizada pelo GAECO, mas sim pelo Núcleo de Apoio Técnico que é um órgão administrativo vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça, regulamentado pelo Ato nº 005/2021 da PGJ/MP-AC, e cujo quadro de servidores é formado por servidores com a qualificação exigida para o procedimento. Ademais, são utilizadas pelo NAT técnicas que observam as diretrizes dos Procedimentos Operacionais Padrão de Perícias da Secretaria Nacional de Segurança Pública, assegurando a integridade, a autenticidade e a possibilidade de os dados serem auditados, preservando-se a cadeia de custódia e viabilizando o exercício do contraditório.

4. É dever do Ministério Público brasileiro, como fiscal da ordem jurídica e como controlador externo da atividade policial, diligenciar junto às autoridades responsáveis para fomentar o aprimoramento da infraestrutura pericial e técnica, buscando garantir um procedimento justo, técnico e de qualidade.

5. Em uma análise genérica dos procedimentos desenvolvidos pelo Núcleo de Apoio Técnico do *Parquet* do Acre, não estão evidentes irregularidades aptas a ensejar a atuação deste Conselho Nacional, de tal sorte que a improcedência do feito é medida que se impõe.

6. Procedimento de Controle Administrativo **julgado IMPROCEDENTE**.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os membros do Conselho Nacional do Ministério Público, _____, julgar o presente Procedimento de Controle Administrativo **IMPROCEDENTE**, nos termos do voto da Relatora.

Brasília/DF, 24 de agosto de 2021.

(documento assinado digitalmente)

Conselheira **FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS**
Relatora

RELATÓRIO

Conselheira **FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS**:

Trata-se de Procedimento de Controle Administrativo instaurado por petição de Max Elias da Silva Araújo para apuração da legalidade em procedimento desenvolvido pelo GAECO do Ministério Público do Estado do Acre. Narrou o requerente que, no procedimento de busca e apreensão de aparelhos celulares ocorrido em 26 de julho de 2018, a quebra dos dados telefônicos foi desenvolvida mediante laudo técnico assinado por funcionário vinculado ao próprio Ministério Público e não por perito oficial, hipótese sem amparo legal e judicial.

Sustentou, ainda, que, a despeito de o Ministério Público do Estado do Acre afirmar que o procedimento realizado foi meramente descritivo do material encontrado e apenas para extração de dados, o laudo foi encaminhado à Polícia Federal e utilizado na íntegra sem ser realizada qualquer perícia por setor especializado, de forma que o *“laudo técnico de extração de dados foi realizado e executado com fins periciais”*. Argumentou que haver ilegalidade na atuação do GAECO/MP/ACRE, uma vez que procedimentos com fins periciais são de atribuição do Poder Judiciário e da Polícia Técnica.

Nos termos do art. 126 do RICNMP, foi oficiado o MP-AC, ora requerido, para prestar as informações que julgasse pertinentes. Em resposta, juntou-se petição na qual o *Parquet* pugnou pelo não conhecimento do feito ante a Súmula CNMP nº 08/2014, uma vez que a questão estaria judicializada, inclusive com decisão do E. Tribunal de Justiça do Acre sob o Acórdão nº 30.540 no qual se afastou a nulidade do elemento probatório.

Quanto ao mérito, defendeu que o laudo técnico apresentado pelo funcionário do Ministério Público não teria *status* de verdadeira perícia, consignando que *“os arquivos digitais armazenados na memória interna de um dispositivo informático se equiparam, em especial no caso dos autos, à prova da categoria documental”*.

Em novo peticionamento, o requerente esclareceu que não pretendia o reconhecimento da ilegalidade do procedimento analisado especificamente no processo judicial

citado pelo órgão ministerial, mas sim uma análise genérica dos procedimentos desenvolvidos no âmbito do GAECO do MP-AC nas apreensões de aparelhos celulares e elaboração de laudos técnicos.

No intuito de instruir o presente feito, o MP-AC foi oficiado para que apresentasse informações detalhadas sobre os referidos laudos técnicos de aparelhos celulares. Em resposta, defendeu-se o absoluto respeito às regras processuais e a observância da estrita legalidade na obtenção de provas, juntando os atos normativos internos que disciplinam a atuação do GAECO e do Núcleo de Apoio Técnico (NAT).

Sobreveio petição do requerente na qual solicitou a atuação deste CNMP visando apurar “*o comprovado uso de provas ilícitas no âmbito do Estado do Acre e de um processo específico mencionado*”, bem como requerendo cópia integral de processo junto ao TJ-AC “*para verificar a íntegra processual e o caminho até o acórdão que destaca que o procedimento tomado pelo GAECO seria de fato pericial*”.

É o relatório.

VOTO

Conselheira **FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS**:

Ab initio, é pertinente observar que o presente feito, consoante esclarecido pelo requerente, não busca analisar procedimento desenvolvido em um processo judicial específico, razão pela qual resta prejudicado o pleito de requisição de cópias da integralidade de expediente junto ao TJ-AC.

Neste diapasão, é igualmente descabido o exame da legalidade ou não da criação do GAECO no MP-AC – discussão ventilada em certas manifestações do requerente –, já que, em mais de uma oportunidade, o demandante expressamente consignou que busca “*uma análise genérica dos procedimentos desenvolvidos no âmbito do GAECO do MP-AC nas apreensões de aparelhos celulares e elaboração de laudos técnicos*”.

Assim, especificamente sobre este objeto, o requerente defende que o *Parquet* estaria realizando perícias em aparelhos telefônicos, providência ilegal e sem autorização judicial. A seu turno, o MP-AC prestou as seguintes informações:

Sobre este questionamento, há que se distinguir diversas situações que envolvem a apreensão de celulares.

1ª situação: A apreensão do aparelho no curso de uma investigação em que o proprietário do aparelho concede a autorização de acesso, assinando o termo de consentimento. Neste caso, é inusual que se faça o pedido de autorização judicial para acesso, pois a jurisprudência dispensa tal formalidade. Nesse sentido, são reproduzidos os arestos abaixo:

(AgRg no AREsp 1779821/PR, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 06/04/2021, DJe 13/04/2021)

2ª situação: A apreensão do aparelho ocorre no curso de revistas ocorridas no interior de unidades penitenciárias. Neste caso, também está dispensada a autorização judicial consoante jurisprudência a seguir elencada:

(HC 546.830/PR, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, julgado em 09/03/2021, DJe 22/03/2021)

3ª situação: O celular foi abandonado no momento da fuga ou não tem dono, ou seja, as figuras da *res derelicta* ou *res nullius*. Não há que se cogitar de autorização nesses casos, conforme jurisprudência abaixo:

(HC 552.455/ES, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 09/03/2021, DJe 17/03/2021)

4ª situação: a apreensão se deu, segundo a lei processual penal, seja em uma situação de flagrante, seja em decorrência de busca determinada pelo juiz competente. Nesses casos, a autoridade policial representa pela autorização judicial ou o Ministério Público requer essa autorização. Quando o pedido é do Ministério Público, seja em suas investigações próprias ou no bojo de inquéritos policiais, o requerimento especifica que, uma vez concedida a autorização judicial para a extração dos dados, que o magistrado também autorize que esse procedimento seja realizado pelo Núcleo de Apoio Técnico (NAT) do Ministério Público do Estado do Acre. Em sendo concedida a autorização nestes termos, o aparelho é encaminhado ao Ministério Público, que realiza os procedimentos de extração.

[...]

Feitas essas considerações, reafirmamos que a análise realizada pelo NAT se deu em

dados contidos na memória de celular apreendido em presídio, cuja categoria pode ser equiparada a uma prova atípica do tipo documento digital.

Ratifica-se que não houve qualquer tráfego de dados e que não se pode equiparar os dados armazenados em uma memória do celular ao mesmo status de interceptação telefônica e telemática, que exige prévia autorização judicial sempre.

No caso questionado sequer se exige prévia autorização judicial para a extração dos dados, pois o celular foi apreendido no interior do presídio.

Acresça-se, ainda, que as técnicas utilizadas pelo NAT, através do seu Laboratório Forense Computacional, para a extração dos dados da memória do celular garantem a integridade, autenticidade e auditabilidade desses dados, como já foi reconhecido em juízo. Na análise e elaboração de relatórios técnicos, o Laboratório Forense Computacional do NAT, como boas práticas, observa as orientações técnicas dos Procedimentos Operacionais Padrão de Perícias – POP da Secretaria Nacional de Segurança Pública de 2013, que pode ser acessado no seguinte link indicado no rodapé.

A prova digital, inclusive, integra, evidentemente, os autos do processo e a defesa pode analisá-la e questionar a sua validade ou integridade, tudo em observância às regras do contraditório e da ampla defesa.

[...]

É importante pontuar que o GAECO não faz qualquer tipo de análise técnica. O órgão auxiliar no Ministério Público encarregado de fazer essas análises é o Núcleo de Apoio Técnico (NAT), cujo ato normativo que o instituiu é Ato n. 25, de 13 de setembro de 2012, de lavra da excelentíssima Procuradora-Geral de Justiça do MPAC. Este ato, no ano corrente foi atualizado pelo Ato n. 005/2021.

Seja no ato primitivo, seja na norma de atualização, que basicamente trata de conformação da nova estrutura administrativa do órgão, está previsto que o NAT é um órgão auxiliar de apoio técnico especializado aos membros e órgãos do Ministério Público.

Assim sendo, nos casos em que o juiz de um feito autorize o Ministério Público do Estado do Acre a fazer a extração de dados da memória de um celular apreendido, já no requerimento consta a indicação que a análise técnica será realizada pelo NAT.

Em anexo, seguem Atos que disciplinam o NAT e o Procedimentos Operacionais Padrão de Perícias – POP da Secretaria Nacional de Segurança Pública de 2013, que é utilizado pelo Setor do NAT denominado Laboratório Forense Computacional, para a realização das análises técnica na área de TI, em especial a extração de dados de

memórias de celular, como é o caso tratado neste PCA. (ELO 01.005449/2021 – grifei)

Diante destes esclarecimentos, torna-se possível perceber que o procedimento contra o qual se insurge o requerente não demanda a atuação deste CNMP, pois não restaram evidenciadas violações às disposições legais e jurisprudenciais sobre o tema. Explico.

É sabido que o Ministério Público brasileiro, conforme decidido pelo Supremo Tribunal Federal em repercussão geral no RE nº 593.727/MG, detém competência para promover, por autoridade própria e por prazo razoável, investigações de natureza penal. Para além disso, vale observar que todas as operações de buscas e apreensões são – como não poderiam deixar de ser – precedidas de autorização judicial.

Ademais, informou o MP-AC que, ao formular o pedido de extração dos dados da memória de um celular apreendido à autoridade judicial competente, seja em investigações próprias, seja em inquéritos policiais, *“já no requerimento consta a indicação que a análise técnica será realizada pelo NAT”*. A partir disso, *“a prova digital integra os autos do processo e a defesa pode analisá-la e questionar sua validade ou integridade, tudo em observância às regras do contraditório e da ampla defesa”*.

A título exemplificativo, todo o procedimento supracitado restou analisado no HC nº 1000323-86.2020.8.01.0000, tendo sido afastada a tese quanto à nulidade de tais provas. Consignou-se, inclusive, que *“o acesso obtido pelo serviço de inteligência do Órgão Ministerial se restringiu aos dados armazenados em dispositivos internos da memória dos celulares, não implicando o trabalho realizado na quebra do sigilo telefônico do Paciente ou qualquer dos outros indiciados”*. Eis a decisão do E. TJ-AC:

CONSTITUCIONAL. PENAL. PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS. ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA. EMENDA À INICIAL APÓS INFORMAÇÕES DA AUTORIDADE COATORA. VIABILIDADE. REPETIÇÃO DAS TESES TRAZIDAS NA IMPETRAÇÃO. ARGUIÇÃO DE NULIDADES. AFASTAMENTO. APREENSÃO DE TELEFONE CELULAR NO INTERIOR DE ESTABELECIMENTO PRISIONAL. POSSIBILIDADE DE INVESTIGAÇÃO PELO PARQUET. LAUDO TÉCNICO NÃO SE EQUIPARA À PERÍCIA. A MATERIALIDADE DO DELITO EM APURAÇÃO NÃO REQUER

EXAME PERICIAL PARA COMPROVAÇÃO. OFENSA À DISPOSITIVO LEGAL NÃO CONFIGURADA. PROVA LEGAL. 1. Ainda que a emenda à impetração, formulada após apresentação das informações pela Autoridade Coatora, informe sobre suposta nova tese de nulidade, nota-se que esta se resume a reformular as mesmas teses e fundamentos já expostos na peça inicial. 2. **Afasta-se a alegação de nulidade da prova se esta foi obtida de forma legal, realizada por pessoa com capacidade técnica, e em conformidade com a legislação vigente.** 3. Habeas Corpus conhecido e denegado. (TJ-AC – HC: 1000323- 86.2020.8.01.0000, Relator: Des. Elcio Mendes, Data do julgamento 02/04/2020, Câmara Criminal – grifei)

O Supremo Tribunal Federal, ao se debruçar sobre a amplitude da garantia constitucional de sigilo das comunicações, decidiu:

RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. APURAÇÃO DE CRIME DE FALSIDADE DOCUMENTAL. BUSCA E APREENSÃO. VALIDADE. DILIGÊNCIA REALIZADA EM ÓRGÃO PÚBLICO. ARRECADAÇÃO DE COMPUTADORES SOBRESSALENTE À ORDEM JUDICIAL. ENTREGA VOLUNTÁRIA DAS MÁQUINAS PELA AUTORIDADE RESPONSÁVEL. CLÁUSULA DE RESERVA DE JURISDIÇÃO OBSERVADA. EXAME PERICIAL CONDICIONADO À POSTERIOR AUTORIZAÇÃO JUDICIAL. PRESERVAÇÃO DO DIREITO À INTIMIDADE. ACESSO AOS DADOS REGISTRADOS EM DISPOSITIVO ELETRÔNICO. SUPOSTA VIOLAÇÃO AO SIGILO DE CORRESPONDÊNCIA ELETRÔNICA. INOCORRÊNCIA. INDEFERIMENTO DE DILIGÊNCIAS EM PROCEDIMENTO CRIMINAL. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO VERIFICAÇÃO. CONTRADITÓRIO E AMPLA DEFESA PRÓPRIOS DA FASE JUDICIAL. RECURSO DESPROVIDO. 1. A circunstância excepcionalíssima da entrega espontânea e voluntária de computador de titularidade de ente público, quando franqueada a sua apreensão pela autoridade responsável da unidade administrativa, revela-se compatível com a cláusula de reserva de jurisdição, ainda que sobressalente ao mandado judicial. 2. Conquanto verificada a entrega voluntária ao agente policial, o exame pericial nos equipamentos apreendidos, condicionado à autorização específica da autoridade judicial responsável pela supervisão do caderno investigativo, resguarda a regularidade da apreensão e o direito à privacidade do repositório de dados e de informações neles contidos. 3. **Descabe invocar a garantia constitucional do sigilo das comunicações de dados quando o acesso não alcança a troca de dados, restringindo-se apenas às informações armazenadas nos dispositivos eletrônicos. A orientação jurisprudencial do STF assinala que “A proteção a que se refere o art.5º, XII, da Constituição, é da comunicação 'de dados' e não dos 'dados em si mesmos', ainda quando armazenados em computador. (cf. voto no MS 21.729,**

Pleno, 5.10.95, red. Néri da Silveira - RTJ 179/225, 270)” (RE 418.416, Rel. Min. Sepúlveda Pertence, Tribunal Pleno, DJ 19.12.2006). 4. Em se tratando de instrumento destinado à formação da *opinio delicti* do órgão acusatório, o procedimento administrativo de investigação criminal não demanda a amplitude das garantias constitucionais da ampla defesa e do contraditório, próprias da fase judicial. Eventual prejuízo advindo do indeferimento de diligências no curso das apurações (nomeação de assistente técnico e formulação de quesitos) é passível de questionamento na ação penal decorrente do respectivo inquérito policial. 5. Recurso ordinário em habeas corpus desprovido. (RHC 132062, PRIMEIRA TURMA, Relator MARCO AURÉLIO, Relator para o acórdão EDSON FACHIN, julgado em 22/11/2016 – grifei)

Mostra-se necessário um esclarecimento: a elaboração dos referidos laudos não é realizada pelo GAECO, mas sim pelo Núcleo de Apoio Técnico que é um órgão administrativo vinculado à Procuradoria-Geral de Justiça, regulamentado pelo Ato nº 005/2021 da PGJ/MP-AC, e cujo quadro de servidores é formado por servidores com a qualificação exigida para o procedimento. Ademais, são utilizadas pelo NAT técnicas que observam as diretrizes dos Procedimentos Operacionais Padrão de Perícias da Secretaria Nacional de Segurança Pública, assegurando a integridade, a autenticidade e a possibilidade de os dados serem auditados, preservando-se a cadeia de custódia e viabilizando o exercício do contraditório.

Em síntese, há de se ressaltar que todos os procedimentos desenvolvidos pelo *Parquet* acreano são precedidos de autorizações judiciais, requisito exigido pela legislação processual e pela jurisprudência dos Tribunais Superiores, e que eventuais elementos probatórios serão submetidos ao devido contraditório e à ampla defesa no bojo de todo o trâmite processual.

A despeito de no presente PCA não se vislumbrarem elementos que ensejem a intervenção deste Conselho, é certo que a atuação de toda e qualquer unidade do Ministério Público brasileiro deve se pautar no estrito cumprimento do ordenamento jurídico brasileiro e que, a qualquer tempo, caberá a esta Casa Administrativa zelar pelo estrito cumprimento dos princípios constitucionais, consoante se extrai do art. 130-A da CF.

Especificamente no que tange a investigações penais e instruções probatórias, haverá sempre o controle de legalidade no próprio procedimento pelos sujeitos

envolvidos – inclusive pelo próprio Ministério Público na qualidade de *custos legis*, sendo a arguição de nulidade das provas coletadas e a impugnação das mesmas decorrências lógicas do próprio exercício do contraditório e da ampla defesa.

Por tais razões, em uma análise genérica dos procedimentos desenvolvidos pelo *Parquet* do Acre, não identifiquei ilegalidades aptas a ensejar a atuação deste Conselho Nacional, de tal sorte que a improcedência do feito é medida que se impõe.

Considero necessárias, entretanto, algumas ponderações a respeito da realidade brasileira no que tange ao sistema de investigações penais. Sabe-se que em muitos Estados há uma certa precariedade – e eventualmente até mesmo a inexistência – de infraestruturas periciais e técnicas, seja perante autoridades policiais, seja em institutos oficiais de perícia. Nesse sentido, reforço que é dever do Ministério Público brasileiro, como fiscal da ordem jurídica e como controlador externo da atividade policial, diligenciar junto às autoridades responsáveis para fomentar o aprimoramento do sistema, buscando garantir um procedimento justo, técnico e de qualidade.

CONCLUSÃO

Diante de todo o exposto, **conheço do presente Procedimento de Controle Administrativo para, no mérito, julgá-lo IMPROCEDENTE.**

É como voto.

Brasília (DF), 24 de agosto de 2021.

(documento assinado digitalmente)

FERNANDA MARINELA DE SOUSA SANTOS
Conselheira Relatora